

*BRINCANDO E
OUVINDO HISTÓRIAS*



Sandra Santos

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é destinada a professores da educação infantil e do ensino fundamental. Seu intuito é discutir de maneira direta e com profundidade alguns temas que constituem verdadeiros dilemas para professores diante das discriminações sofridas por crianças negras de diferentes idades em seu cotidiano nas escolas.

Diferenciar é uma característica de todos os animais. Também é uma característica humana muito forte e muito importante entre as crianças, mesmo quando são bem pequenas, na idade em que freqüentam creches e pré-escolas e começam a conviver com outras observando que não são todas iguais.

Mas como lidar com o exercício humano de diferenciar sem que ele se torne discriminatório? O que fazer quando as crianças se dão conta da diferença entre a cor e a textura dos cabelos, os traços dos rostos, a cor da pele? Como evitar que esse processo se transforme em algo negativo e excludente? Como sugerir que as crianças brinquem com as diferenças no lugar de brigarem em função delas?

*Os 10 volumes que compõem a coleção *Percepções da Diferença* chamam a atenção para momentos em que a diferenciação ocorre, quando se torna discriminatória, e sugerem formas para lidar com esses atos de modo a colaborar para que a auto-estima e o respeito entre crianças sejam construídos.*

Os autores discutem conceitos e questionam preconceitos. Fazem sugestões de como explorar as diferenças de maneira positiva, por meio de brincadeiras e histórias, e de leituras que possam auxiliá-los a aprofundar a reflexão sobre os temas, caso desejem fazê-lo.

Para compor a coleção convidamos especialistas e educadores de diferentes áreas. Cada volume reflete o ponto de vista do autor ou da autora de modo a assegurar a diversidade de pensamentos e abordagens sobre os assuntos tratados.

Desejamos que a leitura seja prazerosa e instrutiva.

Gislene Santos

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

VOLUME 9

BRINCANDO E OUVINDO HISTÓRIAS

Para

*Mãe Cabocla,
vó Marinita e
dona Linda
– rezadeiras, benzedeiras e
historiadoras populares...*

Axé!

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

**Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade**

André Luiz Figueiredo Lázaro

**COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA.**

Apoio:

Ministério da Educação - Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
Programa UNIAFRO.

Realização:

NEINB - Núcleo de Apoio à Pesquisas em
Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro,
da Universidade de São Paulo - USP.
Coordenação da coleção: Gislene Aparecida dos Santos
Projeto gráfico: Jorge Kawasaki
Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite
Ilustrações: Marcelo d'Saete
Editoração: Nove&Dez Criação e Arte
Revisão: Lara Milani

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0091-8 (Volume 9)

Impresso no Brasil

2007

Sumário

Um alô para todos	11
Educação e sociedade.....	14
Pedro Cem	17
Tradição e família	17
Criando a tradição brasileira.....	23
Trabalhando com as crianças.....	27
Os brutos falavam... ..	28
O gavião e a raposa	30
Histórias de Quilombos	32
Marinho	32
Saci-Pererê.....	39
Eu conheci um saci, certa vez.....	42
São Benedito.....	44
Superpoderosas	47
Referências bibliográficas	53
Sítios interessantes.....	54
Outras referências.....	54
Glossário da coleção	55

PLANO DA OBRA

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é composta pelos seguintes volumes:

1 - Percepções da diferença. Autora: Gislene Aparecida dos Santos

Neste volume são discutidos aspectos teóricos gerais sobre a forma como percebemos o outro. Para além de todas as diretrizes pedagógicas, lidar com as diferenças implica uma predisposição interna para repensarmos nossos valores e possíveis preconceitos. Implica o desejo de refletir sobre a especificidade das relações entre brancos e negros e sobre as dificuldades que podem marcar essa aproximação. Por isso é importante saber como, ao longo da história, construiu-se a ideologia de que ser diferente pode ser igual a ser inferior.

2 - Maternagem. Quando o bebê pelo colo. Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

Este volume discute o conceito de maternagem e mostra sua importância para a construção da identidade positiva dos bebês e das crianças negras. Esse processo, iniciado na família, continua na escola por meio da forma como professores e educadores da educação infantil tratam as crianças negras, oferecendo-lhes carinho e atenção.

3 - Moreninho, neguinho, pretinho. Autor: Luiz Silva - Cuti

Este volume mostra como os nomes são importantes e fundamentais no processo de construção e de apropriação da identidade de cada um. Discute como as alcunhas e os xingamentos são tentativas de desconstrução/desqualificação do outro, e apresenta as razões pelas quais os professores devem “decorar” os nomes de seus alunos.

4 - Cabelo bom. Cabelo ruim. Autora: Rosângela Malachias

Muitas vezes, no cotidiano escolar, as crianças negras são discriminadas negativamente por causa de seu cabelo. Chamamentos pejorativos como “cabeça fuá”, “cabelo pixaim”, “carapinha” são naturalmente proferidos pelos próprios educadores, que também assimilaram estereótipos relativos à beleza. Neste volume discute-se a estética negra, principalmente no que se refere ao cabelo e às formas como os professores podem descobrir e assumir a diversidade étnico-cultural das crianças brasileiras.

5 - Professora, não quero brincar com aquela negrinha! Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

Este volume trata das maneiras como os professores podem lidar com o preconceito das crianças que se isolam e se afastam das outras por causa da cor/raça.

6 - Por que riem da África? Autora: Dilma Melo Silva

Muitas vezes crianças bem pequenas já demonstram preconceito em relação

a tudo que é associado à África: música, literatura, ciência, indumentária, culinária, arte... culturas. Neste volume discute-se o que pode haver de preconceituoso em rir desses conteúdos. Apresentam-se ainda elementos que permitem uma nova abordagem do tema artes e africanidades em sala de aula.

7 - Tímidos ou indisciplinados? Autor: Lúcio Oliveira

Alguns professores estabelecem uma verdadeira díade no que diz respeito à forma como enxergam seus alunos negros. Ora os consideram tímidos demais, ora indisciplinados demais. Neste volume discute-se o que há por trás da suposta timidez e da pretensa indisciplinada das crianças negras.

8 - Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra. Autora: Antonia Aparecida Quintão

Neste volume se discutem aspectos do universo religioso dos africanos da diáspora mostrando a forma como a religião negra, transportada para a América, foi reconstituída de modo a estabelecer conexões entre a identidade negra de origem e a sociedade à qual esse povo deveria se adaptar. São apresentadas as formas como a população negra incorporou os padrões do catolicismo à sua cultura e como, por meio deles, construiu estratégias de resistência, de sobrevivência e de manifestação de sua religiosidade.

9 - Brincando e ouvindo histórias. Autora: Sandra Santos

Este volume apresenta sugestões de atividades, brincadeiras e histórias que podem ser narradas às crianças da educação infantil e também aspectos da História da diáspora africana em território brasileiro, numa visão diferente da abordagem realizada pelos livros didáticos tradicionais. Mostra o quanto de contribuição africana existe em cada gesto da população nacional (descendentes de quaisquer povos que habitam e colaboraram para a construção deste país multiétnico), com exemplos de ações, pensamentos, formas de agir e de observar o mundo. Serve não só a educadores no ambiente escolar, mas também ao lazer doméstico, no auxílio de pais e familiares interessados em ampliar conhecimentos e tornar mais natural as reações das crianças que começam a perceber a sociedade e seu papel dentro dela.

10 - Eles têm a cara preta. Vários autores

Este exemplar apresenta práticas de ensino que foram compartilhadas com aproximadamente 300 professores, gestores e agentes escolares da rede municipal de educação infantil da cidade de São Paulo. Trata-se da Formação de Professores intitulada Negras imagens. Educação, mídia e arte: alternativas à implementação da Lei 10.639/03, elaborada e coordenada por pesquisadoras do NEINB/USP simultânea e complementarmente ao projeto Percepções da Diferença Negros e brancos na escola.

A autora:

Sandra Regina do Nascimento Santos é doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP; mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP, com pesquisa realizada em Santiago, Chile. É jornalista (Univeridade Metodista de São Paulo) e historiadora (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP) . Foi coordenadora e docente do curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE-Presidente Prudente)entre os anos de 2001 e 2004. Desde 1992 leciona e desenvolve projetos em escolas da Rede Pública Estadual de São Paulo.

Projeto gráfico: Jorge Kawasaki

Diretor de Arte e designer gráfico, iniciou a carreira em 1974, trabalhou em empresas como Editora Abril e Editora Globo. Criou e produziu vários projetos como colaborador na Young&Rubican, Salles, H2R MKT, Editora K.K. Shizen Hosoku Gakkai (Tôquio, Japão), entre outras.

Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite

Teóloga, Artista Plástica, Acadêmica da Academia de Letras, Ciências e Artes da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Assina as Obras de Artes como Zul+.

Ilustrações internas: Marcelo d'Salete

É ilustrador e desenhista / roteirista de histórias em quadrinhos. Ele mora em São Paulo, capital, estudou comunicação visual, é graduado em artes plásticas e atualmente mestrando em História da Arte. Seu tema de estudo é arte afro-brasileira. Ilustrou os livros infantis Ai de tí, Tietê de Rogério Andrade Barbosa; Duas Casas, de Claudia Dragonetti; entre outros. Participou da Exposição Conseqüências do Injuve, Espanha, 2002; da Exposição de originais da revista Front no FIQ, MG, 2003; e da Exposição Ilustrando em Revista, Editora Abril, 2005. Foi finalista do Concurso Folha de Ilustração 2006.

Sandra Santos

VOLUME 9

**BRINCANDO E OUVINDO
HISTÓRIAS**

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

Organização
Gislene Aparecida dos Santos

1ª edição
São Paulo
Ministério da Educação
2007

UM ALÔ PARA TODOS

Há muitos e muitos anos, em certo momento do século XVI, vivia numa comunidade africana – localizada na parte ocidental abaixo do deserto, poderia ser na região que hoje se chama Moçambique, Guiné-Bissau, Congo, Angola... – uma velhinha muito velha que contava histórias.

Ela costumava ir de cidade em cidade exercendo o seu ofício de ensinar e alegrar as pessoas, pois sabia cantar, rimar e até dançava. Conhecia as histórias das famílias, dos grandes heróis, dos reis e rainhas que comandavam seus povos com sabedoria, as lendas e os mitos dos “tempos em que os bichos brutos falavam”. Sabia também o tempo certo de plantar e a melhor hora para uma boa colheita; o remédio contra a febre, a dor de barriga e como ajudar as mulheres a colocar os filhos no mundo com saúde e educá-los com sabedoria. Quando alguém morria, lá ia ela dizer suas rezas para que a alma encontrasse caminho fácil até os ancestrais.



Como ela, várias outras mulheres e homens, por toda a África, exerciam a função de griô.

O griô é uma espécie de historiador, guardião das tradições. Na África tradicional, até nossos dias, são ainda encontradas três categorias de griôs: os músicos, os “embaixadores” – encarregados dos contatos entre clãs de famílias importantes – e os “tradicionalistas”, também chamados de historiadores, que são bons contadores de histórias e grandes viajantes.

Griô não é só um amigo da boa conversa, da História e das histórias – mitos, lendas. É um personagem importante e respeitado nas sociedades africanas, pois é aquele que une as pessoas em torno de gerações, faz o passado e o presente se encontrarem e costura o futuro.

“Os griots são trovadores que reúnem tradições em todos os níveis e representam os textos convencionados diante de uma audiência apropriada, em certas ocasiões – casamentos, funerais, festas na residência de um chefe etc.” (Vansina, p. 166). Muitos usam técnicas mnemônicas, como rimas e canções, poemas e narrativas crivadas de bordões que marcam o tempo e facilitam a lembrança. No Nordeste brasileiro, ainda hoje, encontram-se os repentistas e cantadores de emboladas e cocos – que se manifestam em festas usando rimas acompanhadas de instrumentos de percussão ou corda. São alguns herdeiros daqueles griôs.

Esses historiadores populares, geralmente dotados de considerável inteligência e memória, desempenhavam um papel de grande importância na sociedade tradicional, pois possuíam influência sobre os nobres e os chefes, chegando a ser grandes intermediários em transações comerciais, além de agentes culturais de peso.

A ausência da escrita tornava necessária a existência desses personagens.

“As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita, como na África

ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas vezes relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais da sociedade. Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, ‘ausência do escrever’, e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados (...). Isso demonstraria uma total ignorância da natureza dessas civilizações orais.” (Vansina, p. 157)

Os griôs eram muito respeitados não só pelos seus conhecimentos e sua idade, mas porque representavam uma espécie de ponte entre o hoje e o ontem; entre a ancestralidade e a contemporaneidade. E também eram preparadores do caminho entre o hoje e o amanhã...

Podemos, então, imaginar aquela senhora, embaixo de uma grande árvore cercada de gente de todas as idades, crianças, jovens, anciãos. Entre os jovens, sempre algum mais talentoso demonstrava interesse e facilidade para aprender o ofício – era a hora de treinar um substituto, alguém que pudesse pegar o fio da meada e continuar falando, perpetuando fatos, agregando histórias novas, ampliando conhecimentos, ensinando...

O griô aprende para nunca esquecer e nunca esquece porque contar é a sua vida, e também a vida da família, da cidade, da nação, que é formada por muitas famílias.

No Brasil sempre existiu a figura da velha contadora de histórias que aparece na literatura e é citada por Maria Flora Guimarães quando informa sobre os akpalôs nigerianos, uma casta especial que se

“deslocava de tribo em tribo recitando os seus alôs. A velha Totonha, de José Lins do Rego, que se deslocava de engenho a engenho, narrando com riqueza mímica e procurando dar o tom local às suas narrativas, é sua mais autêntica seguidora” (Guimarães, p. 86).

Também Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, atesta a influência africana dessa maneira de contar histórias quando informa sobre

“alguns indivíduos [que] fazem profissão de contar histórias e andam de lugar em lugar recitando contos. Há o akpalô, fazedor de alô ou conto; e há o arokin, que é o narrador das crônicas do passado. O akpalô é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa de negras velhas que só faziam contar histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos. José Lins do Rego, no seu Menino de engenho, fala das velhas estranhas que apareciam pelos bangüês da Paraíba: contavam histórias e iam embora. Viviam disso. Exatamente a função e o gênero de vida do akpalô” (Freyre, p. 386).

Lá está a anciã, o sol está se pondo, e ela contou histórias o dia inteiro... É hora de recolher as crianças e pensar no próximo dia.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

“A imensa maioria dos povos africanos vivia em sociedades totais, se não totalitárias, onde tudo estava interligado, desde a confecção de utensílios até os ritos agrários, passando pelo cerimonial do amor e da morte. No tocante a isso, a sociedade regida pelo ‘animismo’ não é menos integrada que a sociedade laica. E considerá-la como tal é desprezar uma parte importante da realidade.” (Ki-Zerbo, p. 376)

Na sociedade africana tradicional, portanto, viver é aprender e, ao mesmo tempo, ensinar. Ao contrário das sociedades ocidentais, não se aprende apenas nas escolas, mas também fora delas. Na família, na rua, na vizinhança, nos cultos religiosos, todos assumiam o papel de educadores e exerciam a tarefa de socializar o jovem, de inseri-lo de forma conveniente na comunidade.



A tradição africana não corta a vida em fatias e não compartimenta o aprendizado num determinado período da vida (a adolescência seriada ocidental, traduzida no Brasil nos ciclos básico – fundamental e médio –, infantil, maternal, jardins...). Segundo Hampaté Bâ, a educação é “dispensada durante toda a vida. A própria vida era a educação”. Além do prático, cotidiano, fazia parte do aprendizado a relação do ser humano com as “as forças que sustentam o mundo visível e que podem ser colocadas a serviço da vida” (Hampaté Bâ, p. 208 e p. 188).

Contar histórias, ensinar, não é apenas falar, mas exercer uma função sagrada, pois essa ação permite a transmissão de conhecimentos que propiciarão a continuidade do grupo.

“A palavra transmitida pela cadeia deve veicular, depois da transmissão original, uma força que a torna operante e sacramental” (Idem, p. 192-193). Então, cria-se um elo indissolúvel entre mestre e aprendiz.

Havia as escolas, claro, que serviam ao ensino dos grandes iniciados no conhecimento esotérico (aquele saber especial, reservado somente aos guardiões do sagrado, como em todas as civilizações), mas a educação tradicional começava no seio de cada família. Era o pai, a mãe ou alguém mais idoso que servia de mestre e educador e ministrava as primeiras lições da vida, através da experiência e também de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, provérbios etc. – as missivas legadas à posteridade pelos ancestrais, segundo Hampaté Bâ.

Uma fábula nunca é apenas diversão, mas é também transmissão do conhecimento útil à manutenção da vida e das relações necessárias em comunidade.

“Ao fazer uma caminhada pela mata, encontrar um formigueiro dará ao velho mestre a oportunidade de ministrar conhecimentos diversos, de acordo com a natureza dos ouvintes. Ou falará sobre o próprio animal, sobre as leis que governam sua vida e a “classe de seres” a que pertence, ou dará uma lição de moral às crianças, mostrando-lhes como a vida em comunidade depende da solidariedade e do esquecimento de si mesmo, ou ainda poderá falar sobre conhecimentos mais elevados, se sentir que seus ouvintes poderão compreendê-lo. Assim, qualquer incidente da vida, qualquer acontecimento trivial pode sempre dar ocasião a múltiplos desenvolvimentos, pode induzir à narração de um mito, de uma história ou de uma lenda.” (Hampaté Bâ, p. 195)

No início do mundo, criavam-se histórias, lendas, para entender o universo, a relação dos seres com a divindade e a origem da vida. Havia também que lembrar os feitos heróicos dos que contribuíram para a organização e manutenção da comunidade (alguns receberam tantos

adendos que se tornaram seres míticos). Depois houve a necessidade de manter a ordem, a obediência e o respeito dos jovens, assimilar experiências desastrosas, situações limites como mortes, epidemias etc.

Existe uma força que rege a natureza e dá unidade à vida, uma força sagrada primordial, um aspecto do Deus criador que une natureza visível e invisível. E isso pode ser entendido, elaborado através da fala, da troca de experiências para projetar um futuro com menos “erros”.

PEDRO CEM

Pedro Cem era um homem muito rico. Tudo o que tinha era contado às centenas: cem cavalos de raça, cem palacetes na cidade, cem fazendas, cem automóveis... Mas Pedro Cem era pouco caridoso. Um dia uma velhinha bateu à sua porta e pediu uma “esmolinha-pelo-amor-de-deus”. Pedro Cem mandou que seus capangas (cem) a colocassem na rua. Ela, então, lhe rogou uma praga: “Haverás de passar fome algum dia na vida”. A partir daquele momento, os negócios de P.C. começaram a dar errado. Foi perdendo dinheiro, os empregados (todos os cem) foram embora aos poucos, foi roubado nos negócios. Até que, um dia, P.C. se viu sem nenhum tostão. O único jeito encontrado foi sair pelo mundo a pedir esmolas. Aonde quer que fosse, de casa em casa, de praça em praça, de cidade em cidade, entoava seu canto: “Uma esmolinha para o Pedro Cem, que ontem tinha e hoje não tem”...

As histórias da avó Marinita eram assim, não havia uma moral explícita ditada no final, mas as crianças que ouviam percebiam os valores que deveriam ser aproveitados ou rejeitados durante as trajetórias da vida que apenas começava.

TRADIÇÃO E FAMÍLIA

Uma família é um grupo de pessoas que se ajudam, que dão as mãos, que olham nos olhos. É luz quando há escuro, é um barquinho no meio do oceano, salvação para quem se afoga.



Os africanos acreditavam que a família não é somente quem se pode ver aqui hoje. Continuam sendo da família aqueles que não se vêem mais, que não estão mais presentes, que já partiram para o mundo invisível. É por isso que os griôs vão encadeando as histórias, emendando lendas, voltando no tempo, porque o que somos hoje começou tempos atrás, foi construído antes de termos nascido. Minha mãe e meu pai estão em mim; meus avós estão neles. Então, se assim é, eu também tenho um pouco dos meus avós, dos meus bisavós, e por aí a perder de vista.

Então, meus ancestrais falam através de mim, de minhas ações e emoções, de minhas idéias. Na maneira como trato as pessoas; no modo de me alimentar; como conduzo minhas orações – intercâmbio com a ancestralidade. De certa forma, eles pavimentaram a trilha para que eu pudesse percorrer o caminho da vida. Da mesma forma como farei para os meus descendentes, e eles depois de mim, e assim para sempre.

“A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descobriram o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material

não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial.”
(Hampaté Bâ, p. 183)

Se é através da fala que se transmite a tradição, ela é sagrada, criadora e realizadora; tem o poder de conservar ou romper a harmonia entre o ser humano e o mundo. Devemos tomar cuidado, pois se ela cria também destrói. Cria realidades, representa anseios e consolida preconceitos.

É na família que o jovem aprende a falar para o mundo e para si mesmo, para os ancestrais e para seus descendentes. É onde adquire segurança, força e auto-estima para enfrentar a vida e vencer como seus ancestrais venceram – pois se não fossem vitoriosos ele próprio não existiria, nem sua família para contar histórias. A família é o pai, a mãe, os irmãos, a avó ou a tia que cuida e dá carinho e educação. Pode ser também a vizinha, os amigos que ajudam em casos extremos. A família extensa se tornou mais ampla quando a criança escrava, que mal convivia com os pais, teve de confiar na tia – fosse de quem fosse. E, em nossos dias, é comum a existência de famílias que não correspondem ao modelo cunhado como “normal” pela sociedade ocidental: crianças criadas apenas pelos avós ou por parentes próximos; famílias cuja mãe ou pai, por diversos motivos, está ausente; outras com filhos adotivos e, recentemente, famílias formadas por casais do mesmo sexo. Hoje, ao iniciar convívio com crianças e jovens das mais variadas tradições, o estranhamento é comum. Mas esse “susto inicial” não pode se transformar em discriminação, deve servir de suporte para novos aprendizados de convívio e tolerância.

No meio escolar é onde os estranhamentos ocorrem com mais frequência. Pois é um ambiente de convívio onde passam grande parte do dia – em confinamento – crianças, jovens e adultos das mais variadas

tradições, crenças, opiniões e culturas. Isso pode ser penoso para jovens e crianças que ainda não aprenderam a lidar com suas emoções e conhecimentos. É na escola que se reforça a auto-estima ou se perde a referência do que é importante para si – o aprendido em família.

São freqüentes as manifestações discriminatórias, de preconceitos aprendidos em sociedade e na família. O docente, nessas ocasiões, não deve se omitir, mas demonstrar habilidade em conduzir as discussões a bom termo. Mas isso não é possível quando ele próprio não está convicto de suas ações e crenças. Existem leis, no país, que tentam coibir os delitos de preconceito e as discriminações étnicas, religiosas etc. Mas o bom convívio numa sociedade como a brasileira não pode se apoiar/ser garantida apenas pelo medo e pela coerção representada pela ameaça dos tribunais, que nem sempre são acessados por receio ou desconhecimento. É obrigação do educador promover ações de bom convívio, apontar o erro ensinando, demonstrar que os direitos são iguais porque, apesar das diferenças aparentes e da trajetória histórica que os grupos negros e indígenas vivenciaram no país, as culturas, os conhecimentos, as contribuições e as participações são importantes na manutenção da sociedade.

O racismo, na realidade, não se sustenta mais – principalmente após as descobertas genéticas das últimas décadas. Porém, o estigma aos grupos que passaram pelo trabalho escravo (negros e indígenas) gera ainda “sintomas” em certos grupos que, preconceituosos, discriminam pela cor da pele, crença religiosa, classe social, costumes etc., chegando a impedir que certos grupos (notadamente os negros) conquistem espaços no trabalho, nas escolas, nos estabelecimentos comerciais.

Foi confuso. Não dá para lembrar direito. Chegaram ao povoado e foram pegando e prendendo todos. Não havia guerra declarada, mas foi assim. Chegaram e levaram. Quem resistiu caiu ali mesmo. Aquela velhinha, ninguém nunca mais viu. Não souberam mais dela. Eles não queriam os idosos, só os que podiam trabalhar.

Quando os africanos foram escravizados, não puderam trazer nada nas mãos – nem malas, nem coisas de valor –, vieram apenas

com idéias e histórias que conheciam havia tempos. Não podiam escrever. Então, tudo que aprendiam, que inventavam, que conheciam contavam, cantavam, falavam para os outros: uma lembrança, uma oração, uma receita, um remédio, uma história. Assim as histórias foram chegando até o presente e irão até o futuro. Ninguém pode se esquecer do alô.

Tiveram de “reinventar” a família, pois muitos foram separados de sua gente no caminho...

As sociedades harmônicas, com suas dinâmicas próprias, foram desequilibradas com o advento da escravidão moderna, que, ao findar o período medieval, arrancou da África braços e cabeças, corações e almas, transpondo-os, forçadamente, ao Novo Mundo, que foi, inteiro, construído sob a bandeira da desumanização de homens e mulheres e sobre os escombros de civilizações e sabedorias mais antigas e promissoras que a européia.

Os africanos vindos à América, incluindo o Brasil, entre os séculos XVI e XIX, trouxeram a tradição da palavra falada. Situação potencializada pela proibição – no início – e pela dificuldade de acesso – após a Abolição e até nossos dias – aos bancos escolares. Aos escravos – e posteriormente aos descendentes destes – era proibida a obtenção de ensino formal. Não escrevendo nem lendo, a oralidade foi mais aguçada, aprimorada.

Se na África, mesmo com o conhecimento da escrita, a palavra falada era privilegiada, nas sociedades escravistas o costume de dialogar favoreceu sobremaneira a convivência e a sobrevivência mental/psicológica dos negros aqui chegados. A quem era negada a possibilidade de conhecimento através das letras, muito foi útil uma prática que não previa, necessariamente, a utilização do código escrito para se manifestar e transmitir idéias, manter tradições e conhecimentos da vida.

Quem sobreviveu à travessia do Oceano Atlântico percebeu que a sobrevivência física dependia da sobrevivência moral.

Jovens, eles eram muito jovens – alguns, aprendizes de griô. Trataram de juntar os conhecimentos aprendidos com os ancestrais aos apreendidos na nova terra. A avó havia ficado na terra dos ancestrais. Tradições novas surgiram da tradução possível do novo território. Hostil, mas que precisava ser entendido e conquistado, mais do que dominado.

As práticas chegadas às senzalas nos sinistros tumbeiros (navios que faziam a travessia da África para o Brasil) foram reorganizadas à medida que iam penetrando na ciência da nova terra, da mata diferente, das plantas recém-descobertas para as antigas e para as novas doenças. Costumes novos que se espalharam pelos quilombos, pelas casas-grandes, pelas cidades e povoados recém-construídos.

Lendas e mitos nascem juntamente com a ocupação da terra; nascem da criação de laços afetivos entre as pessoas, a natureza e o sobrenatural que os ajudam a sobreviver e a se pensar enquanto seres humanos. Aqui a busca pela liberdade forjou as histórias. As lendas também corroboraram o pertencimento ao espaço, de braços dados com os heróis que foram surgindo à medida que a terra foi sendo ocupada.

A origem das tradições pode ser um testemunho ocular, um boato ou uma nova criação baseada em diferentes textos orais existentes, combinados e adaptados para criar uma nova mensagem.

“Tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido. Numa sociedade oral isso é feito pela tradição, enquanto numa sociedade que adota a escrita somente as memórias menos importantes são deixadas à tradição.” (Vansina, p. 159)

A tradição sempre idealiza, cria estereótipos populares. Assim, toda história tende a tornar-se paradigmática e, conseqüentemente, mítica, seja seu conteúdo “verdadeiro” ou não. Mas o que é a “verdade”?

Observando o dia-a-dia, lendo jornais e assistindo à TV, os discursos construídos, verifica-se que a palavra constrói verdades dependentes do ponto de vista e dos interesses de quem a pronuncia.

Pedro Malasartes, saci-pererê e Marinho se juntam aos históricos Chico Rei e Zumbi dos Palmares para formar o panteão dos heróis (afro)brasileiros. Alguns, com vida formal, foram idealizados e tornaram-se figuras quase míticas; outros, “inventados” segundo as necessidades mentais/morais da sociedade ao longo dos séculos, se tornaram “quase verdadeiros”.

Assim se preserva a “sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. (...) Uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte”. Um comportamento, uma forma de ver a vida que justifique, que denuncie o pertencimento (Vansina, p. 159).

CRIANDO A TRADIÇÃO BRASILEIRA

Toda família tem um griô – uma avó ou avô, uma tia que conhece histórias, a mãe que mantém o jeitinho de cozinhar “aquela comida especial” que só ela faz, o pai que ouviu histórias do avô e continua contando aos netos...

O mais velho tem a chave para destrancar lembranças e perpetuar informações: suas histórias, casos, canções cantadas nos serões noturnos, nos finais de semana, em dias de festa. Os historiadores e sociólogos adeptos da História Oral realizam seus trabalhos de reconstituição do passado e do pertencimento social através das histórias contadas. Assim, determinam parentescos e origens perdidas. Ao estudarem, por exemplo, comunidades quilombolas, tentam chegar – por meio das narrativas – ao primeiro negro fugido que chegou ao local e se tornou avô da comunidade. Uma mãe distante que recebeu terras como herança e ali espalhou sua descendência.



“As sociedades humanas (...) têm mitos de fundação, mitos comunitários, mitos de antepassados comuns, mitos que lhes explicam a sua situação no mundo. (...) o ingrediente mitológico é tão necessário como o integrante material. (...) os mitos sustentam a comunidade, a identidade comum que é um elo indispensável às sociedades humanas. Fazem parte de um conjunto em que cada momento do processo é capital para a produção do todo.” (Morin, p. 28)

Na minha família, uma das avós – dona Marinita –, mãe da minha mãe, era quem sobressaía ao contar coisas do tempo de sua mãe, dona Eleutéria – mais conhecida como Mãe Cabocla. Segundo dona Linda, minha mãe, até os netos a chamavam assim e também toda a vizinhança de S. Luís de Quitunde, município do interior de Alagoas. Parteira, benzedeira, rezadeira das boas – guardiã das tradições orais daquela gente.

Hoje quem diz alô sou eu... Vesti o manto de griô da família.

Sou descendente de nordestinos pela minha mãe. A família do meu pai é originária do Vale do Paraíba. Duas regiões com enormes mananciais de contos e lendas, sem falar na História propriamente dita.

O Nordeste é a região aonde chegaram os primeiros escravizados africanos para construir o país. Foi lá que, primeiro, entraram em contato com as culturas do indígena, também escravizado, e do europeu, o escravizador. Foi lá que se ouviu falar primeiro das nossas assombrações mais famosas... É lá a terra de Zumbi e do quilombo de Palmares.

Gilberto Freyre afirma que os antigos medos europeus empalideceram diante dos novos medos nascidos do contato com as populações indígenas, encontradas no novo território “descoberto”, e com os grupos negros que entraram no Brasil através do tráfico de escravos africanos:

“E o menino brasileiro dos tempos coloniais viu-se rodeado de maiores e mais terríveis mal-assombrados que todos os outros meninos do mundo. Nas praias, o

homem-marinho – terrível devorador de dedos, nariz e piroca de gente. No mato, o saci-pererê, o caipora, o homem de pés às avessas, o boitatá. Por toda a parte, a cabra-cabriola, a mula-sem-cabeça, o tutu-marambá, o negro do surrão, o tutu-gambeta, o xibamba, o mão-de-cabelo. Nos riachos e lagoas, a mãe-d'água. À beira dos rios, o sapo-cururu. De noite, as almas penadas. Nunca faltavam: vinham lambuzar de 'mingau das almas' o rosto dos meninos. Por isso menino nenhum devia deixar de lavar o rosto ou tomar banho logo de manhã cedo. Outro grande perigo: andar o menino na rua fora de horas. Fantasmas vestidos de branco, que aumentavam de tamanho – os 'cresce-míngua' –, eram muito capazes de aparecer aos atrevidos” (Freyre, p. 383).

Esses foram os medos que assombraram Freyre em sua infância pernambucana e a todas as crianças nascidas no Brasil nos séculos pré-luz elétrica transcorridos após o início do século XVI (1500, vinda dos primeiros portugueses; 1549, chegada dos primeiros escravizados africanos à Bahia).

As amas-de-leite, as “pretas velhas”, que trabalhavam nas casas-grandes, se encarregavam de contar as “histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com pessoas, falando com gente, casando-se, banquetecendo-se”, que se juntaram às histórias “portuguesas, de Trancoso [Gonçalo Fernandes Trancoso recolheu e registrou contos populares. É o equivalente português aos irmãos Grimm e a Perrault], contadas aos netinhos pelos avós coloniais – quase todas histórias de madrastas, príncipes, gigantes, princesas, pequenos polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas” (Freyre, p. 386).

Bem verdade é que nem toda história que circulava era favorável ao negro – muitas delas cobertas de preconceito –, mas as que demonstravam esperteza animavam as senzalas e os quilombos, quando

o mais fraco conseguia, a poder de inteligência, dar a volta por cima e enganar os poderosos.

Ao longo dos séculos essas histórias foram se espalhando e se adaptando aos gostos do país que se formava. Anonimamente, minha família – e todas as outras, a sua também – participava desse processo.

Muitas histórias se fortaleceram ou foram criadas em torno do rio São Francisco (contadas pelos barqueiros) e da rota dos tropeiros que transitavam entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, passando pelo Vale do Paraíba – no tempo do ouro (século XVIII) e das plantações de café (século XIX).

O contato com outras religiões e culturas também ensejou contos. Fatos históricos criaram lendas e mitos que muitas vezes, até por isso mesmo, foram esquecidos pelos livros de história oficial. Chegaram até nós pela fala das nossas avós – a ancestralidade (afro)brasileira.

TRABALHANDO COM AS CRIANÇAS

Fazer crianças e jovens (de qualquer idade) se sentarem em círculo é importante para que se conheçam e se inter-relacionem de maneira mais direta e natural. Todos poderão ver todos os rostos e as expressões. A energia do grupo ficará concentrada num ponto de interesse comum: aquele que fala – pode ser o professor ou qualquer um dos coleguinhas.

As histórias podem ser contadas usando recursos visuais – cartazes, bonecos articulados (alguns podem ser feitos pelos próprios alunos com a ajuda do professor). Quaisquer canções populares podem ser utilizadas, como as cantigas de roda tradicionais. O importante é que as crianças interajam entre si, cantando, batendo palmas. A expressão corporal ajuda para que a auto-estima seja trabalhada e as inibições sejam desfeitas.

Todos estão no mesmo nível de participação – por isso o círculo é

importante, pois nele não há hierarquias –, os da frente e os de trás; os mais aplicados e os do “fundo da sala”; os preferidos do professor e os preteridos por ele...

A todos deve ser dada a oportunidade de manifestação, se assim o desejarem. O incentivo deve ser feito, mas sem insistências que coloquem a criança em situação constrangedora.

O griô fazia assim...

Será que existe um griô na sua casa?

Pergunte para as crianças se elas conhecem histórias. Sempre há alguma que sabe.

O homem-do-surrão, popularmente conhecido como homem-do-saco, ainda é muito respeitado e temido pelas crianças – mesmo nas cidades maiores. É uma daquelas histórias que servem para disciplinar as crianças e garantir que não se afastem dos adultos responsáveis por elas, nem saiam de casa fora de hora e sem permissão dos mais velhos. Essa quem contava era meu pai – seu Paulo.

OS BRUTOS FALAVAM...

No tempo dos inocentes, quando os bichos brutos falavam, também casavam as famílias que grande fortuna logravam.

Morava um casal de bichos no reino de uma pedra: capitão Mocó da Cunha e dona Preá de Lacerda.

Dona Preá de Lacerda tinha uma sobrinha em casa. Ela só via terra onde a sobrinha pisava.

(...)

Dona Preá respondeu como rainha: Capitão, procure um moço pa-

ra casar nossa sobrinha. Capitão lhe respondeu: Isto mesmo é o que desejo, mas aqui neste reino, este moço é que não vejo.

(...)

Dona Ratinha de Fava era moça, tinha estado e namorava um Caititu de olhinhos arregalados. Namorava este Caititu e já era em demasia, com vontade de casar, mas seus tios não queriam... (Dona Linda, lembrando as palavras de dona Marinita.)

Era, provavelmente naquele reino onde moravam os bichos que, um dia, receberam um convite para uma festa no céu. Muito conhecida em várias versões, essa fábula explica como o sapo ficou inchado e chato – em uma das versões – e porque a tartaruga tem o casco remendado. Foi porque se esconderam na viola do urubu – cantador dos bons que foi animar a festa no céu – e foram arremessados do alto quando a trapaça foi descoberta. Somente os animais alados podiam ir à festa...



“O gavião e a raposa” é dessa lavra. A esperteza do macaco demonstra que os bichos não eram tão brutos, tinham certa fineza de raciocínio...

O gavião e a raposa

Eram tempos difíceis naqueles campos. Havia seca e raramente se encontrava algo para comer. O gavião estava com muita fome e saiu à procura de algo para colocar no estômago. Sobrevoava já havia tanto tempo que começou a se sentir desanimado, até que avistou um queijo enorme e se apressou para pegá-lo. Levantou vôo, mas o queijo, muito pesado, escapou de suas garras e caiu exatamente onde estava a raposa, que também havia dias não comia nada. A raposa agradeceu aos céus, pois havia recebido, como dádiva, aquele enorme queijo... E já ia comê-lo quando o gavião o reclamou: “Caiu do céu coisa nenhuma! Escapou das minhas garras, pois é muito pesado”. Armou-se uma discussão, a raposa agarrada ao queijo, com medo de que o gavião o pegasse e saísse voando; o gavião olhando de bem perto, esperando uma distração para poder roubá-lo. “É meu!” “Não, é meu!” E assim durante um tempão. Até que se lembraram de um sábio macaco que morava no fundo da mata. O macaco era um juiz muito procurado por todos quando havia contendas simples e graves.

Mas como levar o queijo até lá? Nenhum dos dois confiava no outro. A raposa tinha medo de que o gavião pudesse levantar vôo com o queijo e propôs: “Eu o carrego na boca, pois não posso voar, e você, se quiser, pode montar nas minhas costas e ficar me vigiando para que eu não possa correr”. O gavião aceitou a proposta, e assim foram floresta adentro – uma imagem estranha, da qual o macaco se admirou quando chegaram a sua residência para que mediasse a contenda.

Explicações feitas, o juiz pediu que o escrivão guaxinim lhe buscasse uma faca, pois o pagamento pelos seus serviços seriam dois pedaços de queijo, um para ele e outro para o escrivão. Meio contrariados, gavião e raposa aceitaram pagar a taxa. As duas enormes fatias foram imediatamente comidas pelo macaco e pelo guaxinim.

Assim, de barriga cheia, o juiz decidiu resolver a contenda de uma vez por todas e pediu ao escrivão que fosse buscar a balança da justiça. Quando o guaxinim voltou com uma balança de dois pratos e a colocou em cima da mesa, o macaco pegou a faca e cortou o queijo restante em dois pedaços e colocou cada um em um prato da balança. Disse: “Quero que a raposa e o gavião recebam pedaços do mesmo tamanho” e piscou para o escrivão sem que os outros dois vissem. Só que um pedaço ficou bem maior que o outro. Claro que os dois contendores reclamaram... O juiz disse que ia resolver e pediu que o escrivão tirasse um pedaço do maior para acertá-lo com o menor e... o comeu. Mas o pedaço que antes era maior ficou bem menor do que aquele que, antes, estava pequeno. Então ele repetiu o procedimento anterior e, desta vez, quem comeu o pedaço excedente foi o escrivão. Novamente, os pedaços ficaram diferentes, e o “acerto” continuou...

Os dois contendores já passavam da desconfiança ao desespero, mas estavam com medo de reclamar de um juiz tão conceituado. Até que a raposa não agüentou mais e explodiu: “Assim não vai sobrar nada para nós!!! Os senhores estão comendo todo o meu queijo!”. O gavião reclamou: “O queijo é meu e não seu!!!”. O juiz: “Acalmem-se, senhores, nós já vamos resolver tudo”. E continuou fazendo o “acerto” até que não sobrou nada do queijo. O escrivão, então, limpou calmamente a balança e foi guardá-la.

O gavião e a raposa não conseguiam falar de tanta surpresa. O gavião falou baixinho: “E o nosso queijo?”. E a raposa: “É, e o nosso queijo?”. Agora o queijo não era “meu”, era “nosso”. O juiz se levantou e disse com pompa e circunstância: “Quem tem coisa de pouco valor pessoalmente resolve a questão. Agora não há motivo para brigas. Vão em paz”.

HISTÓRIAS DE QUILOMBOS

Marinho

Há muitos e muitos anos, foi retirado das águas do rio Ribeira um ser diferente, mágico, do povo dos negros d'água. Seu nome era Marinho. De baixa estatura, ele não era ruim, mas muito nervoso. Os pescadores o retiraram – alguns dizem que ele veio grudado na rede de pesca e foi arrastado para fora – e criaram-no ali mesmo no povoado. Hoje, vários quilombolas do Vale do Ribeira (sul do estado de São Paulo) se dizem descendentes dos negros d'água. Existe mesmo uma família Marinho que habita principalmente aquelas paragens (segundo crença local).

Essa é uma lenda muito interessante, pois aparece de várias formas. O personagem assume diferentes imagens, dependendo do grupo que a conta. Nos quilombos do Vale do rio Ribeira, o Marinho é o Negro d'água; na beira do rio São Francisco, é designado como Caboclo d'água, Moleque d'água...

Ao que tudo indica, o “Homem Marinho”, como diz o nome, era um monstro habitante da água salgada – vivia no mar. Nasceu no Nordeste, como afirma Freyre (ver citação acima), que viveu uma infância próxima ao mar e cercada de riachos em Recife.

Com a migração e a busca de novos horizontes – matos, serras e campos para exploração em busca de ouro, pedras preciosas, criação de gado e caça de marruás e gente aquilombada –, os colonizadores levaram consigo as histórias e as lendas. Adaptaram os causos ao sabor da região, mergulharam as assombrações nas águas que iam encontrando pelo caminho.

Assim, na beira do rio São Francisco (em toda sua extensão, de Alagoas a Minas Gerais) vamos encontrar o **Caboclo d'água**. Ilza Porto discorre sobre essa entidade a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas com ribeirinhos. São várias as descrições:

“Caboclo d’água, Negro d’água ou Moleque d’água vive, conforme credence popular, nas profundezas do S. Francisco e só aparece nas noites escuras para fazer diabruras e maldades” (Edilberto Trigueiro, O folclore do S. Francisco, apud Porto, p. 128).

“De todas as entidades míticas do rio São Francisco, a mais popular delas, sem dúvida, é o Caboclo d’água, baixo, bela musculatura e pele bronzeada. O Caboclo d’água é bem-humorado, mas às vezes faz das suas, provocando prejuízos e até mortes. Bem tratado, presenteado de vez em quando com fumo para mascar, o Caboclo se torna benfazejo, ajuda nas pescarias, evita que o rio entre nos roçados etc. Maltratado ou com indiferença, torna-se perigoso.” (Wilson Lins, O médio S. Francisco, apud Porto, p. 136)

No cancionário popular também o encontramos, citado por Luiz Gonzaga, cantor e compositor dos costumes da região Nordeste, que, na letra de Amanhã eu vou, conta a história de “Rosabela, linda donzela” e do “Caboclo d’água [que a] levou” para o fundo da lagoa:

*“Era uma certa vez
Um lago mal-assombrado
À noite sempre se ouvia a carimbanda
Cantando assim:
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
A carimbanda, ave da noite
Cantava triste lá na taboa
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
E Rosabela, linda donzela
Ouvii seu canto e foi pra lagoa
E Rosabela, linda donzela
Ouvii seu canto e foi pra lagoa
A taboa laçou a donzela*

*Caboclo d'água ela levou
A carimbanda vive cantando
Mas Rosabela nunca mais voltou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou
Amanhã eu vou, amanhã eu vou”.*

Seguindo o curso das nascentes, desembocando em afluentes, a lenda chegou ao Sudeste não se sabe como nem quando. Talvez nos navios que, nos séculos XVI e XVII, atracavam no porto de Iguape para abastecer de escravos as minas de ouro ou as plantações de arroz da região de Xiririca (atual Eldorado); talvez através do tráfico interno de escravos que se estabeleceu, entre os séculos XVIII e XIX – após a decadência das usinas de açúcar nordestinas os negros tiveram de ser transferidos para o Sudeste das minas ou do café. Os bandeirantes em suas idas e vindas, através da única via expressa da época – os rios, como o paulista Tietê –, também aprenderam e contaram muito, reproduziram e aumentaram inúmeros pontos aos contos que ouviram.

No século XX o Marinho saiu das águas do rio Ribeira de Iguape e passou a habitar o mundo mortal. Dizem que por causa de uma quilombola – mãe ancestral da família Marinho que vive hoje no quilombo Pedro Cubas:

“Às vezes a gente da terra captura gente da água, com redes, tarrafas, laços e cordas. Também é comum o Negro d'água levar as mulheres da terra para o seu mundo. Há casos de homens e de uma mulher da água que foram capturados pela gente da terra. Quando isso ocorre, às vezes juntam-se à comunidade: casam, constituem família e se tornam, com o passar das gerações, parentes de todos” (RTC/RCQ Pedro Cubas de Cima).

Essa história se repete em vários outros bairros negros – quilombos – da mesma região.

“Quando ele é pego fica nervoso, tenta fugir, se agita muito. Mas com o tempo as pessoas amansam ele com comida de sal, cozida, garrafas de cachaça. Ele se acostuma... Quem é que não se acostuma com o melhor? Ser bem tratado? Ele acaba gostando e ficando. Entra para a família.” (Depoimento ouvido pela autora de uma quilombola do Vale do Ribeira, no ano de 2005)

A origem correta do Marinho ninguém sabe, mas este mito traz em si significados internos às comunidades – senão já teria sido esquecido. Ele confere identidade, demonstra o pertencimento do indivíduo à sociedade e vice-versa.

“As mitologias são narrativas (...), contam a origem do mundo, a origem do homem, seu estatuto e seu destino na natureza, suas relações com os deuses e com os espíritos. Mas os mitos não falam somente da cosmogênese nem somente da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que diz respeito à identidade, ao passado, ao futuro, ao possível, ao impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo; tornam-na lendária e, geralmente, tendem a duplicar tudo o que acontece no mundo real e no mundo imaginário para ligá-los e projetá-los no mundo mitológico.” (Morin 2, p. 175)

É um conjunto simbólico, imaginário e eventualmente real. Quem não pertence ao meio talvez demore a entender, mas o significado de passar do mundo mítico para o real – a trajetória do Marinho, um ser encantado, talvez impossibilitado de maiores esperanças – e assumir a vida real e as venturas e desventuras de ser simplesmente “normal”, um mortal, exprime a própria trajetória do escravizado que, ao deixar o cativo, assume uma vida em que ele próprio pode decidir o seu destino.

Antes de o Marinho sair das águas do rio, ou antes de os escravi-

zados fugirem das senzalas, o que havia de importante no mundo? No Brasil? No Novo Mundo?

Numa trajetória inversa, do real para o quase mítico, temos na figura de Zumbi e da terra de Palmares. Entre os atuais estados de Alagoas e Pernambuco, na Serra da Barriga, floresceu entre os anos de 1630 e 1695 um quilombo cercado de palmeiras. Palmares era uma verdadeira nação, possuía várias pequenas cidades com seus respectivos líderes, organizadas sob um governo central formado por um conselho cujo líder, em 1695, era Zumbi.

Era uma comunidade próspera onde se praticava a agricultura coletiva (milho, mandioca, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar e banana). Conheciam a metalurgia, fabricavam utensílios para a agricultura e a guerra, trabalhavam a madeira e a cerâmica. Usavam a palmeira pindoba – símbolo da região e origem do nome do quilombo – na fabricação de óleo para iluminação e cozimento, bebida para as festas, cobertura para as casas, tecelagem de cestos e cordas, entre outras utilidades.

Palmares realizava comércio com vilas e engenhos da região, mas se tornou indesejado quando grande quantidade de escravos começou a fugir das fazendas para serem livres em suas terras. De 20 mil a 30 mil pessoas moravam no quilombo que chegou ao auge durante o domínio holandês, entre 1630 e 1654. Após esse período, os portugueses – que retomaram o controle dos engenhos da região – resolveram acabar com Palmares.

Foram enviadas várias expedições. A última, comandada por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, conseguiu destruir Palmares, e a partir de então as histórias se sobrepõem à História: Zumbi teria fugido com um grupo de amigos e organizado uma resistência guerrilheira durante muito tempo; ou teria sido morto durante a batalha, no dia 20 de novembro; ou, ainda, para não ser pego com vida, teria saltado de um despenhadeiro para a morte certa, que ninguém nunca confirmou. Não acharam o corpo.

O certo é que: “(...) até hoje, os moradores de União dos

Palmares ouvem (através da acústica do passado mítico), nas noites silenciosas, a dança dos negros que a partir de 1630 ocuparam a Serra da Barriga. E, atualmente, ainda cantam, naquela região, o Auto dos Quilombos:

Folga negro

Branco não vem cá

Se vier pau há de levar..

Folga negro

Branco não vem cá

Se vier

O diabo há de levar”

(Moura, 1989).

Os que não fugiam tentavam reconstruir a vida da maneira que podiam. São várias as histórias de ex-escravizados que conseguiram abrir seus caminhos entre as leis organizadas pelos “donos do poder”. Chico Rei e Chica da Silva, ambos da região das Minas Gerais, são exemplos. Permaneceram nas senzalas e, de lá, retomaram a vida e conquistaram direitos que só eram permitidos aos bem-nascidos. Ambos são do século XVIII, período áureo da mineração no Brasil. Ele, de Vila Rica, atual Ouro Preto. Ela, de Diamantina, que, naquele tempo, se chamava Arraial do Tijucu.

Rei na África, Francisco recebeu este nome depois de batizado no Brasil. É importante que crianças e jovens saibam que a África – um continente, e não um “país” como muitos ainda hoje pensam – possuía várias nações organizadas, com sistemas próprios de governo, hierarquias, reis, rainhas, príncipes e princesas, cavaleiros e sacerdotes, camadas sociais variadas. A idéia de que “tribos desorganizadas” habitavam a região é recorrente e contribui para o desrespeito e o preconceito dispensados à sua história e de seus descendentes. É necessário que se informe que não era só na Europa que havia pompa e circunstância.

Chico foi preso com toda a família real, que morreu durante a travessia, com exceção de seu filho, que o acompanhou na lida da mineração.

Com muito trabalho, consegui juntar dinheiro e comprar a liberdade do filho, que, também trabalhando e economizando, conseguiu libertar Chico em pouco tempo. Assim, os dois se uniram com o propósito de resgatar as pessoas de sua antiga comunidade africana e outras que trabalhavam na região. Conseguiram, assim, a libertação de grande número de escravos de Vila Rica, os quais passaram a reunir-se numa espécie de colônia. Com recursos próprios, compraram a riquíssima mina da Encardideira, ou do Palácio Velho, e continuaram a aumentar a corte comprando e libertando outros cativos. O Rei do Povo fundou uma irmandade e construiu uma igreja em homenagem a Santa Ifigênia, santa negra, chamada de mártir ou virgem da Etiópia. Várias irmandades foram organizadas no Brasil em homenagem à santa, nas quais era costume a existência de uma caixa social destinada ao resgate e assistência dos escravos associados.

“Todos os anos, no dia 6 de janeiro, o rei e os príncipes, vestidos em trajes opulentos e com suas insígnias, eram conduzidos em procissão solene à Igreja do Rosário, onde assistiam a missa cantada. Depois percorriam as ruas de Vila Rica e, ao som de instrumentos africanos, executavam danças características com grande acompanhamento do povo. A imagem de Santa Ifigênia ficava num lugar denominado Alto da Cruz. As negras, que compunham a guarda de honra da rainha, costumavam empoar os cabelos com ouro em pó da mina do Palácio Velho. Ao regressar a procissão à igreja, lavavam a cabeça na pia do templo, deixando ali ficar depositado o ouro. Era seu donativo à caixa da confraria.” (Moura, Dicionário, verbete Chico Rei)

Chico Rei é lembrado como o primeiro herói abolicionista, mas Clóvis Moura lembra que não existem comprovações documentais da sua real existência. O contrário ocorre com Chica da Silva, ex-escrava que foi, realmente, mulher do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, que a comprou e libertou do cativo, juntamente com seus dois filhos. Com o fidalgo, Chica teve outros 12 filhos, os quais mandou estudar na Europa. Dominou a região do Tijuco, trajava-se com luxo, era

acompanhada por numerosos empregados, homens e mulheres, vestidos com muito apuro e cobertos de jóias e brilhantes. Na igreja, o melhor lugar lhe era reservado. Quaisquer favores que pretendessem do contratador, era a ela que pediam. Ele não lhe recusava nada, nem o capricho de viajar de navio sem sair do Arraial do Tijuco. Mandou-lhe construir de presente uma caravela e um mar artificial. Quando ele voltou para a Europa, intimado pelo rei de Portugal, ela permaneceu no Brasil, rica e ainda muito respeitada. As pessoas a chamavam de Chica-que-manda.

Quem não fugiu nem “nasceu virado para a lua” (a maioria) teve de encarar a sina na senzala, agüentou na casa-grande para que outros pudessem ganhar o mundo, a liberdade! Acobertou a fuga do irmão, do filho; aguardou ladinamente a Abolição; acostumou-se a caminhar na senda dos patrões; cozinhou, lavou, passou; aprendeu a falar, a disfarçar a reza africana com a oração crioula, a baixar a cabeça com o ouvido atento; trabalhou com a lei e fumou o cachimbo da paz com grupos abolicionistas; festejou a Lei Áurea em praça pública; lutou para estudar, para fazer concursos públicos, para ir às universidades e para se manter lá. Trabalho de equilíbrio. Talvez mais próximo do saci-pererê. E por falar nele...

SACI-PERERÊ

Existem várias histórias de saci. Hoje ele está em várias publicações impressas, na internet, na televisão, nas bocas de todas as cores... Dizem que quem conta uma história de saci está também criando um saczinho novo. Não é monopólio de ninguém, e todo brasileiro tem uma sua conhecida que guarda para contar em ocasiões especiais.

Saci não tem idade nem época, mas ganhou notoriedade no Vale do Paraíba, interior paulista, perto da Rota dos Tropeiros que abasteciam as Minas Gerais no tempo do garimpo (século XVIII) e as fazendas do vale na época das plantações de café (século XIX), local de encontro de muitas culturas, onde a convivência entre indígenas, europeus e africanos foi muito intensa, e a mistura delas também. Cidades como Bananal e São Luís do Paraitinga (esta autodenominada Terra do Saci) atraem turistas com a manutenção e a propagação dessas crenças.

Dizem que as amas-de-leite assustavam as crianças com a história de um pequeno ente das florestas, preto retinto, que fumava cachimbo, pulava numa perninha só e fazia muitas pequenas travessuras, mais traquinagens que maldades, para se divertir com os incautos. A palavra, segundo alguns estudiosos, é de origem indígena, mas a imagem – um negrinho de uma perna só – remete à África...

Lá no continente de nossos ancestrais – mais precisamente na Nigéria, perto da fronteira com o antigo Daomé – se ouve a história de um orixá anão, com as mesmas características do nosso pererê. Seu nome é Aroni, e ele serve a um senhor chamado Ossaim, responsável pelas florestas e guardião das ervas necessárias ao ritual dos orixás do candomblé – cada um deles tem seu rito ligado a uma folha diferente.

Aroni é encarregado de assustar quem entra nas matas sem permissão, assim permite que seu mestre trabalhe em paz na organização das plantas. Também fuma cachimbo e é pernetá, mas possui outras peculiaridades: tem um olho grande, mas vê com o menor; só ouve com a orelha pequena; e o motivo de possuir apenas uma perna liga-se ao fato de que representa a árvore de todas as folhas, que se sustenta apenas com um tronco.

Mas voltemos ao nosso saci, que é, com certeza, primo distante do Aroni...

Essa história eu ouvi há muito tempo. Hoje faz parte do meu repertório – aquele que uso com meus alunos de várias idades:

Havia, numa fazenda brasileira, nos tempos da escravidão, um jovem negro forte e destemido. Ele cultivava a arte da capoeira. Sabia lutar muito bem e, um dia, conseguiu fugir para um quilombo. Ele passou a ajudar todos os irmãos e amigos da senzala que sofriam injustiças. Quando o feitor ia maltratar alguém, ele ajudava o que ia apanhar a fugir para o mato e encontrar um lugar que o abrigasse. Ninguém, por mais que fizesse, conseguia prendê-lo. Um dia, resolveram fazer uma armadilha e pegar o “negrinho encrenqueiro”. Atraíram-no, atiraram, mas não o mataram. Como castigo, cortaram uma de suas pernas e o deixaram na entrada da mata para morrer

aos poucos e servir de exemplo para todos aqueles que pensassem que poderiam lutar para conseguir a liberdade.

Quando voltaram, no dia seguinte, para conferir o “estrago”, se surpreenderam porque não havia mais corpo nenhum. Tinha desaparecido misteriosamente, sem deixar vestígios.

Nessa mesma época, começaram a acontecer coisas estranhas. Os mais velhos contam: quando alguém entrava na mata para tentar encontrar e destruir um quilombo acabava se perdendo, ficava desorientado com os assobios que ouvia misteriosamente, se perdia dos colegas, vagava dias pela mata. O mesmo acontecia com quem queria destruir a natureza...

Muitos, na boquinha da noite, chegaram a ver um negro de uma perna só, na entrada da mata, vestido de vermelho e chapéu da mesma cor, rindo muito quando assustava alguém ou salvava um habitante da floresta, fumando seu cachimbo, sumindo na escuridão que anoitecia.

Um lutador, herói do povo, é assassinado, mas não morre realmente, retorna da pátria dos ancestrais para continuar auxiliando a luta pela liberdade. Com o tempo vai caindo no gosto popular e se torna uma “criança-fantasma”, arteira, que aparece num pé-de-vento, suja as roupas limpas ainda no varal, faz o leite azedar e a pipoca queimar, assusta os cavaleiros pedindo fumo para o cachimbo e espanta os cavalos trançando-lhes as crinas. Depois, vira piada e motivo de riso ao ser identificado com aquele “menininho negro retinto que estuda na sala do canto e se senta na última cadeira da fileira do lado direito”...

Inúmeras crianças e jovens ainda sofrem com a “brincadeira” e as insinuações em vários pontos do país. Está na hora de reorganizar esta história. Reapropriarmo-nos dela de maneira mais positiva, aproveitando a data de 31 de outubro, o Dia do Saci, instaurado por lei desde 2005 no estado e no município de São Paulo.

O saci, hoje, pode ser visto como o jovem negro e portador de necessidades especiais que luta por sua inserção social em escolas

e estabelecimentos públicos. Direito que a lei lhe assegura, mas que a sociedade lhe nega. Sua diferença não o impede de trabalhar, de acreditar e de ir em frente.

Eu conheci um saci, certa vez...

Estava indo para o Vale do Paraíba visitar uma tia que mora na cidade de Taubaté – a tia Thereza. Trabalhei o dia inteiro e acabei pegando o último ônibus que saiu da rodoviária. Estava até meio cochilando quando, de repente, o ônibus deu uma freada brusca e todos que estavam sem o cinto de segurança (quase todo mundo) foram deslocados para frente e bateram a testa no banco (por isso é muito importante não se esquecer nunca de usar o cinto de segurança, no carro ou no ônibus de viagem, e no ônibus comum de segurar muito bem). Felizmente ninguém se machucou, mas o susto foi grande. O motorista não soube dizer o que aconteceu, mas quando eu olhei pela janela, vi um negrinho pequenininho, do tamanho de uma criança de 5 anos, pulando para o acostamento e sumindo na beira da Dutra. Ele olhou para mim e os seus olhinhos brilhavam quando se virou para a luz. Ele tinha uma touquinha... Isso mesmo, era vermelha. Como havia trabalhado o dia inteiro e já estava um pouco tarde, pensei que estava imaginando coisas por causa do sono. Voltei a dormir. Dessa vez, coloquei o cinto.

No dia seguinte, estava voltando do Memorial do Mazzaropi – fica numa fazenda que foi do próprio – quando ouvi um assobio. Vinha de um taquaral próximo, uma verdadeira floresta de bambus, coisa rara de ver em São Paulo. Fui me aproximando e espiei para ver o que havia do outro lado. Vi um monte de gomos de taquara furadinhos e uma verdadeira festa de sacis! Estavam comemorando porque acabaram de nascer sacizinhos novos.

Gente! Mas era uma coisa de louco: tinha saci grande e saci pequeno; saci menino e saci menina; saci vovó e saci vovô – alguns usavam óculos. Havia os de pele bem escura e outros com a pele mais clarinha; havia os de olhos puxadinhos, redondinhos; uns magros e outros gordinhos, bem rechonchudinhos. Uns tinham cabelo curto, outros estavam de dreadlocks; havia os de cabeça rapada e outros tipos de penteado.

Os sacis mães amamentavam os recém-nascidos, os sacis papais estavam bem atentos para não deixar nenhum enxerido bisbilhotar através do bambuzal. Eu fui saindo, pé ante pé – já eram horas! –, quando me perguntaram aonde eu ia. Voltei-me, já querendo correr, e vi na minha frente um saci sorridente. Como não me ocorreu nada o que dizer:

– Boa tarde! Me espantei com a diversidade...

Ele me falou que antigamente só havia sacis de um jeitão único: meio indígenas, mais puxados para o negro, pois nasciam no meio da mata, perto das comunidades quilombolas e tupiniquins. Mas, com o tempo passando, cada vez mais foi chegando gente do mundo todo, trazendo suas culturas e crenças, medos e preocupações, alegrias e frustrações, ciências e carências, suas assombrações – que abraçaram fantasmas de outros –, gente que foi misturando felicidades e sucedendo o de costume...

– Afinal, por que o espanto!? Isso aqui é Brasil!!!

– Tá bom.

– Tá bom demais. Não quer ficar para o resto da festança? Vai ter dança depois do concurso de assobios. Hoje não tem mais cavaleiros para acender nosso pito, e os cavalos para trançar são muito raros. Ninguém consegue queimar pipoca de microondas, e as crianças não acreditam mais na gente. Principalmente depois dessa coisa de Harry Potter. Ninguém mais quer saber de duende nacional...

– Posso ajudar de alguma forma?

– Pode. Todos os anos, a partir de hoje, lembre a todos que os taquarais estão maduros e estalando sob o sol quente, bem pertinho do areal... É assim que nascemos, uma vez por ano.

Desculpando-me por não poder ficar para a moda de viola, que começaria quando a lua surgisse, saí rapidinho deixando o meu amiguinho sorrindo e dando um tchauzinho.

Era 31 de outubro.

Algumas histórias nasceram como a do saci – o herói do cativo que continua, apesar da morte física, auxiliando seu povo – mas foram visivelmente marcadas pelas culturas encontradas na terra nova. É o caso da lenda do Negrinho do Pastoreio (sul do país), bastante marcada pelo catolicismo – religião adotada por grande parte dos afro-descendentes aqui instalados desde o período colonial. Essa não vou contar, pois a história do jovem escravizado, afilhado de Nossa Senhora, é suficientemente conhecida. Mas me lembro agora de outro personagem de quem minha avó sempre se lembrava. A Mãe de Jesus também era sua madrinha.

SÃO BENEDITO

São Benedito era cozinheiro. Todos os dias ele pegava comida na despensa, escondido dos patrões/outros frades, e levava para a senzala...

Dona Marinita costumava dizer “levava para os pretos”, numa alusão ao período de escravidão brasileira. Sabe-se, porém, que São Benedito não viveu no Brasil e, segundo Clóvis Moura em seu Dicionário, provavelmente nem tenha existido, pois não há registros de sua vida, residência e canonização.

Bem, vamos à história:

O pessoal já estava ficando desconfiado... Ele escondia comida nas mangas do hábito, que eram bastante largas para isso. Um dia, um dos frades o abordou e perguntou:

– Benedito, o que você tem aí nas mangas? Elas parecem tão cheinhas...

– São flores para enfeitar o altar de Nossa Senhora.

– Então deixa eu ver!

Ele abriu as mangas e sacudiu... Então caíram muitas flores, de todos os tipos e cores. Esse foi o primeiro milagre de São Benedito.

A religiosidade original africana era proibida. Com isso, os proprie-



tários evitavam o reconhecimento dos grupos étnico-culturais entre si e, assim, a manifestação de solidariedade – o que poderia causar um início de rebelião em massa.

Mas os batuques festivos eram tolerados, apesar da aversão causada e da possível represália senhorial ou policial. Depois de uma semana de trabalhos exaustivos, uma válvula de escape era necessária e também funcionava como medida de segurança.

Dessa forma, os negros escravizados passaram a disfarçar suas manifestações religiosas com os batuques festivos, organizados em roda de canto e dança, ou organizaram ritos em torno de santos católicos que mais se identificassem com seus interesses e necessidades, marcados pela cor ou proximidade de crença.

São Benedito era um deles, possuía pele escura como Santa Ifigênia e Nossa Senhora Aparecida – até hoje denominada padroeira do Brasil. Irmandades religiosas (ver outro volume desta coleção) foram organizadas em nome desses santos.

Todavia, a santa de maior devoção dos negros, padroeira de inúmeras irmandades que surgiram a partir do século XVII, foi Nossa Senhora do Rosário, que era branca. Em Ouro Preto, qualquer circunstância informa o motivo:

– *Ela é madrinha de São Benedito, aquele santo pretinho que está segurando uma abobrinha.*

– *Abobrinha?*

– *É porque ele era cozinheiro.*

– *Ah! Já ouvi falar... (Depoimento colhido em visita a Ouro Preto–MG, em agosto de 2005)*

Uma interessante aproximação entre crenças, cultos e imagens pode ser observada no culto a São Cosme e São Damião, que disfarçava o culto a Ibeji, os irmãos gêmeos que representavam a fecundidade.

“Ibeji são orixás protetores das crianças. São sincretizados com São Cosme e São Damião, porque são gêmeos. Todos os anos há uma festa a eles dedicada para pagamento de promessas. Sua comida é o amalá, o caruru-de-baba e bombons, além da galinha de xinxim, farofa de dendê, arroz branco, vatapá, banana frita, rolete de cana, feijão-preto, feijão-fradinho, açaçá, abará, acarajé, bolo, doce, acrescentando-se ainda a ‘surpresa’ ao final. Além das crianças, protegem todas as mulheres que estão para parir. Quase nunca se manifestam nos candomblés. Ibeji é representado por uma pena metálica. O seu dia predileto é o domingo.”
(Moura, Dicionário, verbete Ibeji)

Até hoje é possível observar, em bairros da cidade de São Paulo e de outras pelo Brasil afora – periferia ou classe média –, a devoção pelo dia 26 de setembro. Festinhas em casas de família ou salões alugados ou, ainda, distribuição de doces para as crianças nas ruas e esquinas.

Se perguntar em sala de aula, provavelmente não haverá criança que não já tenha participado de uma dessas reuniões. É interessante notar que, de tão arraigado, o costume não apresenta mais questionamentos se era costume de negros ou escravizados. Muitas escolinhas fazem essas festinhas para suas crianças sem cogitarem a sua origem no Brasil e seu desenvolvimento entre as comunidades oprimidas. Parece uma prática supra-religiosa: quem tem criança não a proíbe de participar dessa manifestação. Como o “dia dos mortos”, no México (2 de novembro), ou mesmo o “dia das bruxas”, nos EUA (31 de outubro).

SUPERPODEROSAS

A palavra é força. Falar transmite energia e torna o ouvinte poderoso, ou infeliz, dependendo do teor das frases.

O griô quando conta uma história proporciona confiança ao jovem, diz ele que nada é impossível quando se acredita e dá exemplos de vitória.

Todos possuem, em si, uma força que conduz a vida. Essa energia está distribuída entre todos na natureza, pessoas, animais, plantas, coisas, em quantidades que podem ser potencializadas e até aumentadas em cada um. Isso determina as habilidades dos seres: alguns são mais inteligentes, outros, mais fortes fisicamente. Em alguns a inteligência é rápida, instantânea – são os chamados espertos, como o macaco –, noutros ainda a inteligência se manifesta de maneira mais analítica, precisa de tempo para calcular a melhor forma de agir em determinadas circunstâncias – como o elefante. A força, muitas vezes, é como a do tigre, veloz e destruidora se não canalizada para o benefício da comunidade, ou como a do boi, paciente e cooperativo.

O papel do educador, em sala de aula, é observar cada um dos alu-

nos, detectar suas habilidades e trabalhar para que se tornem úteis para a comunidade escolar e produtivos para a sociedade, estimulando-os a serem felizes consigo mesmos e em seu ambiente familiar.

Os griôs sabem observar isso, suas palavras são sábias na valorização de cada um desses aspectos e da sua utilidade social.

As mulheres contam histórias e os homens também. Os homens lutam na guerra e as mulheres também. Ambos educam, têm responsabilidades sociais e buscam a felicidade.

É comum nos contos e lendas e mesmo na História oficial encontrar mulheres em posições subalternas e, muitas vezes, do lado antagônico ao “bem”. São bruxas, malvadas, feias, deselegantes, ou submissas, “boazinhas” e doces até o limite da paciência de quem ouve a história. São meras figuras decorativas para a ação do homem – um príncipe, um cavaleiro, um guerreiro...

Muitas dessas mulheres são também negras, como a moura-torta, história contada por toda a Península Ibérica que chegou até nós com os portugueses.

Aqui no Brasil, a mula-sem-cabeça é um exemplo. Uma mulher que namorava um padre recebeu um castigo: se transformou num monstro que à meia-noite das quintas-feiras de lua cheia corre uivando pelas cercanias, assustando incautos e soltando fogo pelas ventas. Nunca entendi: se ela não tem cabeça, como pode ter “ventas” (nariz)? Minha avó nunca explicou, nem minha mãe, que até hoje ri da situação: nesta idade eu ainda me preocupo com isso...

Se palavra cria realidades, então assim se determinam a imagem de mulher e suas ações, permitidas e não permitidas, na sociedade.

Em homenagem às avós e às tias, que muitas vezes “seguraram a barra” da família nesse caminho de mais de 500 anos, vou terminar este volume contando a história de duas guerreiras, talvez parentes daquela senhorinha do início desta trajetória: Aqualtune (avó quase esquecida de Zumbi dos Palmares) e Rainha Jinga (soberana de Angola).

Aqualtune, rainha dos Palmares, quase só é lembrada por seu nome ter batizado uma das cidadelas da nação palmarina. Pesquisando mais, observa-se que essas unidades recebiam o nome de seus chefes, guerreiros que as defendiam. Então, ela era uma líder quilombola importante, não? Isso mesmo.

Aqualtune era uma princesa africana, filha do rei do Congo. No final do século XVI sua nação foi invadida pelos jagas (grupo de mercenários a soldo de traficantes de escravos que lhes compravam as mercadorias). Ela foi para a frente de batalha, comandando 10 mil homens e mulheres para defender seu povo, sua cultura e seu futuro.

Derrotada e presa, foi levada para um mercado de escravos e, de lá, foi embarcada em um tumbeiro que fez a travessia até o Brasil. Chegou ao Recife em 1597, mesmo ano em que um grupo de 40 negros fugidos se embrenhou no mato e chegou à Serra da Barriga, formando o primeiro núcleo do que seria o quilombo de Palmares. A princesa, forte e bonita, foi vendida como reprodutora e seguiu, já grávida, para uma fazenda na região de Porto Calvo. Lá, ela ouviu histórias sobre o reduto de africanos livres e resolveu se arriscar, mesmo “de barriga” (como diria dona Marinita), e comandou uma fuga que alcançou o quilombo.

Ajudou a erguer, no local, o que seria um império em meio à selva. Recebeu uma aldeia para comandar não apenas porque tinha ascendência nobre, mas porque conhecia a arte da guerra e da estratégia. Foi e continuou sendo uma grande líder. Deu à luz filhos guerreiros, Ganga Zumba e Gana Zona, e uma de suas filhas, Sabina, foi mãe de Zumbi, último líder do reduto palmarino.

A avó de Zumbi desapareceu dos registros históricos em 21 de setembro de 1677, quando sua cidadela foi atacada. Àquela altura já estava idosa, mas não se sabe a data de sua morte. Informa Clóvis Moura:

“No dia 21 de setembro de 1677 partiu Fernão Carrilho da vila de Porto Calvo para combater Palmares (...). A primeira investida foi sobre a cerca de Aqualtune, mãe do rei Ganga Zumba, distante trinta léguas do ponto

inicial da marcha. Imediatamente atacaram a cerca, tendo morrido muitos negros e ‘surpreendido 9 ou 10’, não encontrando, porém, a mãe do rei que conseguiu evadir-se” (MOURA, op. cit., p. 120).

Vizinha do reino do pai de Aqualtune vivia Nzinga Mbandi Ngola, filha do rei de Matamba e Angola. Nasceu em 1581, quando seus conterrâneos já estavam sendo levados como prisioneiros pelos portugueses.

Essa guerreira passou para a História como a Rainha Jinga. Subiu ao trono em 1622, quando o tráfico de seres humanos já era um negócio rentável o suficiente para que Portugal não quisesse se desfazer dele.

Jinga declarou que bastava de escravidão para seu povo e chegou a exigir que os seus fossem repatriados. É claro que, para os que viviam do tráfico, isso era um absurdo.

A rainha, de início, tentou negociar através da diplomacia: enviou mensageiros e foi ela mesma conversar com os prepostos do rei de Portugal que haviam se instalado em Luanda (hoje capital de Angola). Chegou mesmo a, num gesto de boa vontade, se converter ao catolicismo e deixar-se batizar com o nome de Ana Sousa, sobrenome do seu “padrinho” João Correia de Sousa, governador de Luanda. Mas nada disso adiantou...

Já aos 40 anos, declarou guerra aos opressores e não se limitou a dar ordens a distância, como rainha. Foi para a frente de batalha. Grande estrategista, seu poderio foi aumentando gradativamente, à medida que o povo percebia que, em seu território, obteria proteção e possibilidades de lutar pela manutenção da liberdade.

Jinga conhecia seu território, lutava à noite usando táticas de guerrilha; seu exército era numeroso e disposto a conquistar a independência. Comandou pessoalmente seu exército até a idade de 62 anos e faleceu, já octogenária, não sem antes garantir a continuidade da dinastia casando sua irmã, a princesa Bárbara, com um de seus generais.

Nzinga Mbandi Ngola nunca foi capturada e fez inúmeras alianças

para favorecer a luta (com o rei do Congo, com os holandeses e até com chefes jagas – que acabaram abandonando-a em favor dos portugueses, que lhes ofereceram mais vantagens).

Durante muito tempo acreditou-se que era apenas uma figura mítica, porém vários relatos e documentos da época – inclusive o de um adido militar holandês que conviveu com suas tropas – dão conta de sua valentia e generosidade: nunca feriu um português depois de rendido e tratava seus soldados de igual para igual. O povo a adorava e, alguns, chegavam a beijar o chão quando ela passava. Vestia-se com peles de animais, ia à frente dos exércitos, manejava bem o arco e a flecha e trazia pendurado à cintura o símbolo de seu poder, o machado.

Além disso tudo, cartas, textos diplomáticos, anúncios –organizados no museu de Luanda – atestam sua existência histórica. Aprendera a ler e a escrever com missionários italianos por quem foi educada desde pequena. Contam os historiadores populares da região que é possível, ainda, ver uma pegada sua nas altas montanhas da Matamba...



A luta do povo negro contra a escravidão e a desarticulação de sua cultura, ao contrário do que muitos acreditam e alguns livros didáticos ainda informam, foi constante e bastante articulada. Aconteceu dos dois lados do Atlântico. Os quilombos deste lado são contemporâneos aos acampamentos de guerra do lado africano.

A luta de Jinga é contemporânea à luta da família de Aqualtune, que recebeu também o reforço da guerreira Dandara quando esta entrou para o clã ao casar-se com Zumbi. Exímia capoeirista e estrategista de primeira, deu três bisnetos a Aqualtune e tombou lutando dias antes do 20 de novembro.

Referências bibliográficas

CASHMORE, Ellis; BANTON, Michael *et al.* *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. D. Kleve. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUIMARÃES, Maria Flora. O conto popular. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel. Discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos, v. 5)

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

KI-ZERBO, J. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Trad. J. M. da Silva. 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Edições Europa-América, sd.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala (quilombos, insurreições, guerrilhas)*. São Paulo: Zumbi, 1959.

_____. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 6-7.

_____. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

PORTO, Ilza. *Lendas do Vale do São Francisco*. Maceió: Sergasa, 1990.

SANTOS, Sandra. *Vozes do quilombo: histórias e narrativas contemporâneas*. São Paulo: ECA-USP, tese de doutorado, 2006.

_____. Fogo do caos. In: MEDINA, C. e GRECO, M. (Orgs.). *Planeta inquieto; direito ao século XXI*. São Paulo, ECA-USP, 1998, p. 59-72.

_____. Herdeiros de Zumbi. In: *Quilombos em São Paulo; tradições, direitos e lutas (vários autores)*. São Paulo: CPDCN/ Itesp/ Governo do Estado de São Paulo, 1998, p. 72-80.

_____. Quilombo e cultura. In: *Identidade científica*. Revista científica do GEPEC, Facopp-Unoeste, vol. 1, no. 3, novembro de 2004, p. 30-35.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

Revista *Negras Palavras*. *À sombra do baobá*. São Paulo: Museu Afrobrasil, nº. 1, agosto de 2006.

Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Pedro Cubas de Cima. Município de Eldorado – SP. Setembro de 2003.

Sítios interessantes

www.oriaxe.com.br (revista eletrônica)

www.dec.ufcg.edu.br

Outras referências

DVD *Palavra cantada*. TV Cultura – Fundação Padre Anchieta

GLOSSÁRIO DA COLEÇÃO

Auto-aceitação: ato ou efeito de aceitar a si mesmo; acolhimento. Disposição de experimentar, acolher e assumir responsabilidades pelos próprios pensamentos, sentimentos e ações.

Auto-estima: sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutrir por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações.

Axé: palavra de origem iorubá que significa força vital. Trata-se da força-ser que estrutura o universo. Em língua bantu: ntu.

Casa-grande: habitação senhorial, geralmente o centro de uma propriedade rural (engenho de açúcar, fazenda de café ou gado) em que habitavam o senhor proprietário, seus familiares e agregados.

Discriminação positiva: termo usado atualmente com a finalidade de reparar erros que foram secularmente cometidos e endossados pela sociedade. Exemplos: bancos diferenciados para idosos no transporte coletivo; cota mínima para mulheres nas representações de partidos políticos; cota mínima para indígenas e afro-descendentes nas instituições de ensino superior.

Discriminação racial: ato de discriminar uma pessoa tendo como base sua raça/cor da pele, com a intenção de preteri-la, ofendê-la, excluí-la ou inferiorizá-la. Pode ser um ato explícito, dirigido diretamente à pessoa-alvo, ou um ato camuflado.

Discriminar: separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, discrimina-se o azul do amarelo, do roxo, do preto, do cor-de-rosa. Ao criar a categoria som: discrimina-se o som alto do baixo, do agudo, do grave. A discriminação deixa de ser somente um ato de separação que visa organizar algo dentro de categorias inventadas pelos humanos quando é apoiada em valores por meio dos quais são estabelecidas hierarquias.

Estereótipo: clichê, rótulo, modelo rígido e anônimo, com base no qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos. Chavão repetido sem ser questionado. Parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo.

Estigma: refere-se a algum atributo ou qualidade de natureza depreciativa que se apresentam como verdadeiros, mas que de fato foram forjados nas relações sociais, geralmente num contexto de disputa ou competição. Por isso, o estigma, quer individualmente ou socialmente, pode ser usado, por exemplo, como instrumento para justificar a exclusão de uma pessoa ou grupo da participação efetiva na sociedade.

Flexibilidade: qualidade de flexível, elasticidade; capacidade dos indivíduos de enfrentarem as mudanças sem apegos inadequados ao passado e sem dificuldades para lidar com o que é novo.

Identidade: produto dos papéis sociais que o sujeito assume em suas relações sociais; sentimento que uma pessoa tem de possuir continuidade, como distinguível de todas as outras. “Os termos ‘identidade’ e ‘subjetividade’ são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. ‘Subjetividade’ sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem somos’. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (Kathryn Woodward).

Identificação: processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro, e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constituiu-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Personalidade: organização constituída por todas as características cognitivas, afetivas e físicas de um indivíduo; o elemento estável da conduta de uma pessoa; sua maneira habitual de ser, aquilo que a distingue de outra.

Preconceito: “é um juízo preestabelecido, baseado em mera crença ou opinião que formamos sem conhecer devidamente a realidade sobre a qual nos manifestamos. Portanto, pré-conceito significa ‘conceito prévio’, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões” (Renato Queiroz). “O preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – morais, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer” (José Leon Crochik).

Preconceito racial: concepção sem exame crítico, formada a priori, transmitida culturalmente de geração em geração. Caracteriza-se por idéias assumidas com propriedade, sem reflexão sobre sua racionalidade e sobre a conseqüência de aderir ou não a elas.

Psique: a alma, o espírito, a mente.

Psiquismo: conjunto de fenômenos ou de processos mentais conscientes ou inconscientes de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Racismo: explicação criada, no século XIX, para justificar a ação política de discriminação, segregação, exclusão e eliminação baseada na idéia de que existem raças humanas com características determinadas e imutáveis, atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a este grupo e transmitidas hereditariamente. A cada raça biológica corresponderiam também traços de cultura, valores, ciências, de modo que as “raças” mais evoluídas deveriam dominar e comandar as menos evoluídas, para o bem da própria humanidade. O racismo é uma ideologia ou forma de dominação que explica e justifica que essas supostas raças superiores dominem ou eliminem as consideradas inferiores.

Senzala: espaço, na casa-grande ou sobrado senhorial, reservado ao abrigo dos escravos. Geralmente de uma só porta e sem janelas para evitar fugas. Lugar insalubre onde se prendiam homens e mulheres de todas as idades. Na origem (Angola), significava “residência familiar”.

Subjetividade: dimensão do ser humano que está para além dele, não se restringindo a uma essência interna. É constituída pelos níveis individual e social; é histórica, construída e se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem.

Quilombo: na origem (Angola), significa acampamento e, por extensão, os locais onde se reuniam os prisioneiros destinados à escravidão antes de serem embarcados nos tumbeiros. No Brasil, desde a Colônia, ganhou nova conotação a partir do momento em que o refúgio/acampamento de escravos fugidos passou a ser identificado para combate e desmantelamento. A palavra mocambo também é utilizada com o mesmo significado, embora na origem (quicongo) designe telhado de habitação miserável.

Valores civilizatórios africanos: no Brasil existem valores originários da matriz africana que constituem elementos fundadores de nossa cultura: solidariedade, sociabilidade, hospitalidade, gestualidade, musicalidade.

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola* é composta pelos seguintes volumes:

1. Percepções da diferença.

Autora: Gislene Aparecida dos Santos

2. Maternagem. Quando o bebê pelo colo.

Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

3. Moreninho, neguinho, pretinho.

Autor: Cuti

4. Cabelo bom. Cabelo ruim.

Autora: Rosângela Malachias

5. Professora, não quero brincar com aquela negrinha!

Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

6. Por que riem da África?

Autora: Dilma Melo Silva

7. Tímidos ou indisciplinados?

Autor: Lúcio Oliveira

8. Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra.

Autora: Antônia Aparecida Quintão

9. Brincando e ouvindo histórias.

Autora: Sandra Santos

10. Eles têm a cara preta!

Vários autores

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0083-3 (Vol. 1)